



ATA DE REUNIÃO

Aos 05 de novembro de 2021, às 13:30h, pelo aplicativo Microsoft Teams, foi realizada reunião com objetivo de dar continuidade às ações de prevenção/redução da judicialização para as demandas pertinentes à Justiça Federal. Presentes, virtualmente, Dr. Felipe Bittencourt Potrich, Juiz Federal, Vice-Coordenador do Comitê Estadual do Judiciário para a Saúde de Mato Grosso do Sul; Dra. Daniele de Souza Osório, Defensora Pública da União; Dra. Viviani Moro, Procuradora do Município de Campo Grande; Dr. Pedro Gabriel Siqueira Gonçalves, Procurador da República.

Acerca da questão relacionada à fila para as **cirurgias ortopédicas** no HU de Campo Grande, o Procurador da República esclareceu que houve um procedimento na PR/MS para enfrentamento da questão. A Diretora do HU à época noticiava a disponibilidade de pessoal para fazer frente à demanda, mas havia um problema de controle de jornada e de produtividade para os médicos. Houve formalização de um TAC para tanto, mas detectaram-se também óbices relacionados à aquisição de produtos e insumos, dentre eles órteses/ próteses. Outra questão incidente eram as decisões judiciais para realização de cirurgias na rede privada, as quais implicavam altos custos. Foram feitas várias reuniões a respeito com todos os atores que tem atribuições a esse respeito, e construído um fluxo de atendimento, formalizando-se um termo de cooperação entre os entes públicos, com os órgãos de controle figurando como intervenientes. Foi realizada reunião inclusive com os juízes estaduais e federais, para alinhamento da questão. Já no início dos trabalhos começaram a surgir notícias de licitações desertas. Por meio de nova reunião, buscou-se solucionar o problema junto a potenciais fornecedores, de modo que algumas licitações menores começaram a ser realizadas com sucesso, permanecendo problemas em outros certames. Recomendou-se, então, a realização de compras em escala pelos entes públicos, para fazer frente ao desinteresse do mercado, mas não houve continuidade pelos gestores, razão pela qual o expediente foi arquivado.

Diante desse contexto, o representante do MPF comprometeu-se a encaminhar cópia das últimas providências adotadas junto aos gestores, e eventualmente desarchive o expediente, se necessário e oportuno. Acordaram ainda os participantes no sentido de levar a questão ao Presidente do Comitê Estadual de MS do Fórum Nacional da Saúde do CNJ a fim de ampliar as tratativas junto aos entes públicos envolvidos.

Ao final, foi deliberado o agendamento, oportunamente, de nova reunião, para atualização das questões pendentes e posteriores encaminhamentos, e encerrados os trabalhos.



Segue a presente ata assinada somente pelo Vice-Coordenador do Comitê de Saúde, tendo em conta as restrições decorrentes do caráter virtual da reunião.

Felipe Bittencourt Potrich

Vice-Coordenador do Comitê do Judiciário para a Saúde de Mato Grosso do Sul